

## **PELAS MARGENS DA CIDADE: CRESCIMENTO DA CIDADE E POBREZA (PORTO ALEGRE, 1975-1979)**

Alexandra Lis Alvim<sup>1</sup>

As caixas de fotografias, contatos e negativos que compõem o Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, abrigado hoje na Fototeca Sioma Breitman, em Porto Alegre, narram uma história visual da ação estatal local no desenrolar do intenso processo modernizador e do drástico crescimento urbano das últimas décadas do século XX. Nelas saltam aos olhos os conjuntos fotográficos que deslocam as lentes dos funcionários da prefeitura das áreas centrais para as comunidades mais vulneráveis, empurradas pela favelização crescente das margens dos grandes centros urbanos brasileiros.

Na metade dos anos setenta, os conjuntos imagéticos correspondentes à primeira administração do prefeito nomeado Guilherme Socias Villela tornam visíveis sujeitos e espaços apartados do poder, revelando uma incidência que, como um índice, associa-se à emergência de novos atores e novas pautas na disputa pelo espaço urbano. Estas imagens, tal qual fendas, sugerem algumas reflexões sobre as formas como foram cimentados os passados das nossas cidades.

As vidas precárias (BUTLER, 2011), tornadas foco pelas lentes dos fotógrafos, trazem consigo para o arquivo também novas legendas a serem somadas à agenda das preocupações administrativas que as caixas do Gabinete tornam monumento: inaugurações de redes de iluminação, encanamentos, escolas e ruas pavimentadas. Imagens que percorrem comunidades que cresciam alheias ao desenvolvimento urbano que a Porto Alegre metrópole construía, dão rostos e corpos aos sujeitos herdeiros das vilas de malocas e das conseqüentes políticas de habitação decorrentes.

A farta documentação imagética do Acervo permite elaborar a hipótese de que a modernização empreendida pelos grupos no poder durante a Ditadura Civil-Militar não pode ser dissociada do processo de segregação espacial que insuflou a construção da periferia nas margens da cidade. A recorrência dos temas das imagens parece ser sintomática da emergência de determinados temas na esfera pública,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História (PUCRS). Bolsista CAPES.

temas que necessitavam ser registrados imagetivamente e difundidos pelos meios oficiais e pela mídia no período. As fotografias, deste modo, permitem a análise da função da fotografia como dispositivo de controle, legitimidade e propaganda da administração de Porto Alegre, bem como o caráter e a função do arquivo que juntas elas insinuam constituir. A partir delas, deste modo, pretende-se contribuir com a renovação dos estudos historiográficos que, cada vez mais, vêm se dedicando a dar outros enfoques aos estudos sobre as cidades brasileiras, enxergando a produção destes espaços como sintomático de outros diversos problemas historicamente emaranhados na História deste país, como raça, classe e gênero, e a negação de direitos com os quais uma grande parcela dos habitantes de nossas cidades frequentemente é privado.

Entre as dezenas de caixas com fotografias, contatos e negativos abrigadas no sótão do Solar, o Acervo do Gabinete do Prefeito desperta inúmeras possibilidades de investigação, uma vez que as imagens registram o cotidiano institucional da cidade e de suas transformações desde os anos sessenta. A tônica dos acontecimentos políticos e das reformas urbanas acompanha o olhar dos fotógrafos do município que em um primeiro momento, se ocupam mais por registrar encontros burocráticos e as grandes obras que se proliferavam na cidade. Progressivamente, imagens de vilas e comunidades deixam de ser esporádicas e vão tomando alguma regularidade até que, em determinado momento, passam a ocupar uma parte significativa do conteúdo das caixas. Em seus títulos, carregam toponímias de lugares que, ainda existentes ou não, preencheram a agenda do prefeito. Em suas legendas, uma cidade sem direitos aparece: uma Vila Santa Rosa sem água, uma Vila São José sem luz. Malocas ganham o lugar dos grandes edifícios e sujeitos que talvez nunca tenham sido fotografados aparecem diante das câmeras em caminhadas ao lado do prefeito. Sai o Menino Deus e o Moinhos de Vento, surge a Vila Mapa ou a Vila Nova Brasília.

Estas fotografias, portanto, trazem para dentro da construção da visualidade oficial e institucional da Prefeitura a construção das margens urbanas e a história de uma demanda social – o direito à cidade. O fato de que a incidência mais significativa das visitas às vilas começa no ano de 1975, o ano em que Socias Villela assumia seu primeiro mandato em Porto Alegre, permite a associação destas imagens com as novas conjecturas que começam a se delinear na segunda metade dos anos setenta. Isto é, entre 1975 e 1979, durante o primeiro mandato do referido prefeito, começam

a ser articulados movimentos associativos nas comunidades que passam a exigir, entre outras, melhores condições de saneamento e mobilidade, associados ao complexo e lento esmorecimento do regime. É neste momento, concomitantes às discussões sobre Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e a criação de um museu histórico municipal, que se impõe uma necessidade de tornar visual e presencial a ação institucional – enquanto o prefeito se faz presente, em corpo e imagem, nas visitas, faz-se possível conhecer, naquele presente e no futuro em que hoje escrevo esta tese, os contornos visuais das margens de Porto Alegre em um momento de efervescência e reorganização.

As fotografias, vistas neste presente da escrita, retomam um passado em que uma parte da cidade, excluída e marginal, reivindicava o direito de existir e ser ouvida. Funcionam como uma narrativa visual possível do passado da cidade, dão rostos e paisagens para a história de pedaços pouco abordados dentro da historiografia. Seu significativo crescimento frente às outras legendas do arquivo sugere que a reivindicação pelo direito à cidadania começava a se tornar um problema para a administração municipal. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em conferência proferida no XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS (2018), perguntava se era possível a construção de algum futuro sem que as mortes do passado venham a doer nas consciências do presente. Se o presente é constituído por linhas de violência, racismo e segregação que, uma vez não cicatrizadas, deixam o tecido social doente; o historiador pode, ao dar um enterro digno aos mortos, escolher do passado as linhas que possam encorajar os habitantes do agora na direção da construção de novas realidades possíveis, “(...) que signifiquem o acerto de contas e a ruptura com o cortejo de horrores que a história humana acumula sob os nossos pés (ALBUQUERQUE, 2018)”.

Benjamin já nos advertia a duvidar da linearidade ostensiva do progresso e convidava a uma história à contrapelo: uma história que se preocupasse com os corpos que tombaram diante desta grande marcha homogeneizadora e que reencontrasse neles centelhas de esperanças, arrancando a História de todo conformismo (BENJAMIN, 1987, p.224). Tais fotografias, por esta perspectiva, proporcionam uma narrativa visual alheia aos relatos que fazem das regiões centrais uma “sinédoque” do todo urbano (CERTEAU, 2013, p.168). Usualmente não fotografadas, carentes e distantes dos espaços do poder administrativo, elas inserem

na documentação institucional os corpos dos sujeitos que constituíam a base do sistema econômico vigente, cujas vidas haviam sido marcadas pela negação sistemática de direitos culminada pela segregação espacial. Nelas, este sistema, presentificado pelo prefeito, obriga-se a enxergá-los olho a olho e participar de um jogo corporal de gestos que encenam diante da câmera o estabelecimento de um diálogo da prefeitura e destas margens. Registram, assim, os vencidos de um processo de espoliação do perímetro urbano, os despossuídos da civilização moderna – aqueles que, vítimas das remoções, foram empurrados pelo trem do progresso para as margens da cidade.

Entre 1975 e 1979, certos fatores resultaram na produção de uma quantidade significativa de imagens que retratam as margens e as vidas precárias da cidade. Estes fatores são indissociáveis da conjuntura política nacional e municipal, por onde emergiam novos atores e novas demandas. De fato, estes anos compõem um momento singular em que a Ditadura necessitava olhar e ser vista pela periferia: as remoções já não podiam ser feitas apenas com a violência e novas lideranças ameaçavam enfrentar a legitimidade de um estado de coisas. Um diálogo precisava ser estabelecido, ou ao menos ensaiado, e não era mais possível ignorar o cinturão de pobreza e as suas necessidades mais imediatas – até porque, como sabemos, neste período estes espaços começavam a se organizar politicamente.

Entre as décadas de 1960 e 1970 o Brasil restringiu as liberdades políticas e os instrumentos de ampliação da cidadania para embarcar em um projeto de modernização e autoritarismo que transformou radicalmente nossa sociedade. Fez-se um país urbano, de fáusticas construções e cidades abertas à hegemonia dos automóveis, pagando o preço com o sangue dos opositores e com a dilatação da pobreza. Porto Alegre cresceu, para o alto e para os lados, virou metrópole, construiu viadutos e ocupou as regiões limítrofes com as cidades vizinhas. Olhando para o alto do palanque, costumamos esquecer as vidas que sustentavam o crescimento deste país: os herdeiros de uma tradição de direitos negados, os despossuídos do progresso e os que, indo sempre em frente, reconstruíram os instrumentos de participação política e ousaram exigir a cidade.

### **Referências Bibliográficas:**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As tempestades que habitam os paraísos: reflexões em torno das utopias no mundo contemporâneo. Palestra. XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: Democracias, Liberdades e Utopias. Porto Alegre: ANPUH, julho de 2018. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/as-tempestades-que-habitam-os-paraissos-reflexoes-em-torno-das-utopias-no-mundo-contemporaneo/> Acesso em março de 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, n.1, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3> Acesso em janeiro de 2020.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2013.

DUBOIS, Phillippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1993.

FEDOZZI, Luciano. *O Poder da Aldeia: Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

#### **Fontes e acervo:**

Acervo Fotográfico Permanente da Coordenação de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito (Fototeca Sioma Breitman – Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo).